



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## AÇÃO COLETIVA E RECONHECIMENTO SOCIAL: SOBRE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Benedita de Cássia Ferreira Costa

[cassia.ferreirabc@gmail.com](mailto:cassia.ferreirabc@gmail.com)

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Rarielle Rodrigues Lima

[raruzinha@hotmail.com](mailto:raruzinha@hotmail.com)

Universidade Federal do Maranhão

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMO

Este estudo apresenta uma reflexão sobre ações de enfrentamento encetadas por famílias camponesas de Demanda, povoado localizado entre Capinzal do Norte e Santo Antonio dos Lopes. Enfrentamento produzido pelos moradores contra a MPX/ENEVA, diante do processo de expropriação e indefinição social provocado pela instalação de usinas termelétricas movidas a gás natural. O conjunto das usinas é denominado pela empresa de *Complexo Parnaíba*, instalado em Santo Antonio dos Lopes, região central do Maranhão. Demanda é a localidade mais próxima às termelétricas e principal área a sofrer os impactos socioambientais decorrentes da instalação do empreendimento em questão. O trabalho analisa a dinâmica que caracterizou o processo de atuação da empresa junto às famílias moradoras daquela localidade e o contexto de referência para a produção das ações de enfrentamento de parte do grupo. Foram identificadas diferentes ações de enfrentamento forjadas de forma individual ou coletiva que se apresentam como um repertório de luta e resistência camponesa. A investigação que subsidia esse texto ocorreu no âmbito de uma perícia antropológica demandada pelo Ministério Público Federal no Maranhão, cujo objetivo era apreender possíveis impactos provocadas às *populações tradicionais* em áreas de influência do *Complexo Parnaíba*, inaugurado em novembro de 2013. A perícia foi realizada entre março e julho de 2014. Utiliza-se, para os fins do presente trabalho, algumas narrativas – baseadas em entrevistas, anotações de caderno e conversas informais – dos moradores, produzidas no contexto daquele gênero de trabalho antropológico.

**Palavras-chave:** populações tradicionais; impactos socioambientais; grandes projetos; conflitos no meio rural; resistência camponesa.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### ABSTRACT

This study presents a reflection on coping actions taken by peasant families from Demanda, a small village located between Capinzal do Norte and Santo Antonio dos Lopes. Those coping actions produced by the residents against MPX/ENEVA are a consequence of expropriation proceedings and social uncertainty caused by the installation of thermoelectric plants powered by natural gas. The MPX/ENEVA Company named this set of plants as Complexo Parnaíba, located at Santo Antonio dos Lopes, central region of Maranhão. Demanda is the nearest town to the thermoelectric and the main area to suffer social and environmental impacts resulting from the installation of this project. This paper analyzes the dynamics that characterized the company's intervention strategies along to residents of that locality and the reference context of the production of coping actions made by the group. It was possible to identify different coping actions, forged individually or collectively posing as a repertoire of struggle and peasant resistance. The research that supports this text took place under an anthropological expertise demanded by federal prosecutors in Maranhão, whose goal was to seize potential impacts caused to traditional populations in areas of influence of Parnaíba Complex, opened in November 2013. The expertise has been conduct between March and July 2014. Were used, for the purposes of this study, some narrative - based on interviews, notes and informal conversations - produced in the context of that anthropological work genre.

**Keywords:** Traditional populations; social and environment impacts; large projects; confrontation in rural areas; peasant resistance.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## Introdução e Marco Teórico

A produção do presente trabalho se gestou no âmbito de uma perícia antropológica que buscava apreender possíveis impactos causados pela instalação de usinas termelétricas às chamadas *populações tradicionais* de Pedreiras, Capinzal do Norte e Santo Antonio dos Lopes. Estes municípios do estado do Maranhão compõem a denominada área de influência do empreendimento, implantado pela MPX, atual ENEVA, neste último município. O conjunto das usinas termelétricas – UTEs Parnaíba I, II, III, IV – fazem parte do sistema de geração de energia a gás natural, autodenominado pela empresa *Complexo Parnaíba*.

Entre os vários lugares visitados, Demanda foi o foco de concentração daquela pesquisa, por esta ser a localidade mais próxima às usinas termelétricas e a área que concentra seus maiores impactos socioambientais. Dessa forma conheci o povoado de Demanda, que se tornou meu novo universo empírico de estudo no mestrado. Diante de cada etapa de campo foram crescendo inquietações sociológicas sobre a situação vivida pelas famílias de Demanda, à medida que tentávamos, enquanto equipe<sup>1</sup>, responder as questões do Procurador.

De acordo com a constatação da perícia, presentes no laudo antropológico (PAULA ANDRADE et al, 2014), os impactos socioambientais se referem principalmente à destruição da principal área de extração do coco babaçu, bem como de açudes e poços, além da interdição de caminhos tradicionalmente utilizados pelo grupo. Ainda, segundo demonstrou a perícia, a partir do ponto de vista do grupo, a instalação do *Complexo Parnaíba* obrigou as famílias de Demanda a conviverem diuturnamente com o odor do gás, o barulho das turbinas, a água contaminada e problemas de escassez de água limpa. O empreendimento provocou a paralização das atividades econômicas do grupo, que ficaram em sua grande maioria, interrompidas.

As reflexões aqui presentes se inserem na temática que privilegia processos de expropriação camponesa, particularmente no estado do Maranhão, provocados pela implantação de grandes

---

<sup>1</sup> Além da perita Profa. Maristela de Paula Andrade atuaram como assistentes de pesquisa: o antropólogo Prof. Benedito Souza Filho, Benedita de Cássia Ferreira Costa e Leonardo Oliveira Silva Coelho, bacharéis e licenciados em Ciências Sociais pela UFMA e mestrandos do PPGSoc/UFMA e Juscinaldo Goes Almeida, geógrafo pela UFMA e pesquisador do GERUR/UFMA, além de Erinaldo Nunes da Silva, graduando em Ciências Sociais/UFMA, que atuou como estagiário.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

empreendimentos econômicos, a partir da década de 1970, vinculados aos setores do agronegócio, aeroespacial, energético, da mineração e siderurgia, sejam eles privados ou dirigidos pelo Estado, e as reações e mobilizações dos grupos e famílias atingidas.

A expropriação camponesa remete ao processo fundamental para a instituição do sistema capitalista, conforme análise realizada por Karl Marx, a partir do contexto histórico inglês dos séculos XVII-XVIII. Corresponde ao processo histórico no qual o campesinato europeu viu-se desvinculado do seu principal meio de produção, em que o cercamento das terras tornou-se “o capítulo mais tenso da gestação do capitalismo” (MOURA, 1982, p.82).

No cenário brasileiro, esse processo é estudado por vários autores que o associam como efeito perverso da *modernização da agricultura*, concretizadas por políticas dirigidas pelo próprio Estado, que beneficiou os latifundiários tradicionais e outros agentes ligados a distintos setores da economia, repercutindo negativamente sobre a reprodução social do camponês seja como agregado, morador, parceiro, colono, posseiro, pequeno proprietário. Segundo Palmeira (1989, p.89), a expropriação do campesinato é não só o despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção, mas também a expropriação de relações sociais construídas historicamente, por eles vividas como *naturais* (grifo do autor), sobre as quais exercem algum controle que se traduz em saberes e práticas.

Martins (1991, p.18) entende expropriação do campesinato brasileiro como uma questão política. Demarca, porém, uma diferença com relação ao caso clássico do capitalismo europeu, apontando que no Brasil, a expansão do capital no campo, expulsa, mas não necessariamente, proletariza os trabalhadores, justamente porque segundo o autor, uma parte dos expropriados ocupa novas áreas, promovendo uma reconquista da autonomia na esfera do trabalho, sendo esse processo, uma traição às leis do capital. Além disso, Martins (1981, p.9) aponta que fundamentou sua análise na história de nosso país, vendo o campesinato brasileiro como progressivamente insubmisso, que se rebelou e resistiu contra a dominação pessoal do fazendeiro e “coronéis”, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários, e também, contra a exploração econômica que se concretiza pela ação da grande empresa capitalista e via política econômica do Estado.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Márcia Motta e Paulo Zarth (2008, 2009) argumentam que os estudos brasileiros sobre os camponeses são marcados pelas histórias das grandes rebeliões, consagradas como uma atuação camponesa símbolo da expressão da violência e da desordem. A correlação para a qual os autores chamam atenção enfatiza um tipo de interpretação que se deu diante de determinadas classificações dos sujeitos e das diversas lutas.

Conforme apontam Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009, p.23), desde o final dos anos 70, as lutas camponesas no Brasil tiveram um papel fundamental, tanto no tocante ao processo de redemocratização do país, quanto para colocar na agenda política temas que muitos consideravam desatualizados – caso da reforma agrária – ou questões que emergiam de forma embrionária – a preservação ambiental, por exemplo. Ao longo desses anos, diferentes identidades emergiram (étnicas, políticas, como por exemplo, seringueiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, sem-terra, agricultores familiares, quilombolas, assentados, atingidos por barragens e outros); distintas mobilizações foram forjadas e várias novas frentes de luta se estabeleceram (ALMEIDA, 1990, 2008; LITTLE, 2002). Complexo processo histórico de mudanças, permanências e diversidades, não só das formas de enfrentamento, mas também dos sujeitos que reivindicam reconhecimento social, através de suas maneiras de lutar face à expropriação e outros problemas sociais.

As lutas atuais dos camponeses têm outros antagonistas e muitas consequências sociais e ambientais, de modo que famílias camponesas sofrem novos processos de expropriação não só pelo “grande fazendeiro”, mas por novos agentes sociais, ora vinculados a setores empresariais, bem como ao próprio Estado brasileiro, por meio de seus distintos aparatos, que demandam grandes extensões de terra para instalação dos chamados *grandes projetos*<sup>2</sup> ou *empreendimentos*. Da mesma forma, distintas formas de mobilização camponesa são postas em ação em face de novas frentes de luta. O conceito de expropriação camponesa neste trabalho remete aos processos ligados aos efeitos

---

<sup>2</sup> Compreende-se *grandes projetos* como as grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento de atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas para a produção de aço, cobre e alumínio; outras para a extração de petróleo, gás e carvão, dedicadas a sua exploração em bruto e/ou transformação em refinarias ou centrais termelétricas (...), grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores (...) complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc. (LAURELLI, 1987 *apud* VAINER, 1993, p.153).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dos chamados *grandes projetos* dirigidos pelo Estado, mas também por setores privados, como é o caso de Alcântara ou o caso ora estudado, respectivamente.

No Maranhão, segundo Carneiro (2013), esferas governamentais federais e estaduais vêm atuando, desde o período de 1970/80, de forma decisiva na conformação do espaço econômico maranhense por meio de distintos mecanismos: via implantação de empreendimentos diretos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e por meio de mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas. Nos anos 1980/90 se instalaram os chamados *grandes projetos*, como o Programa Ferro Carajás<sup>3</sup>, que levaram à implantação da infraestrutura necessária à exploração mineral, florestal, pecuária, agrícola e industrial. Uma nova configuração socioeconômica no estado vem sendo desenhada, com mais intensidade, a partir dos anos 2000, com a diversificação dos projetos e investimentos por meio de grandes empreendimentos – na sua maioria de capital privado, porém não isentas de incentivos públicos, seja via BNDES ou outros – envolvidos desde o ramo aeroespacial até a exploração e produção de energia. Sobre este último setor, queremos destacar a Usina Termelétrica Parnaíba, pertencente à MPX Energia, atual ENEVA, como o grande projeto relacionado diretamente ao nosso estudo.

Neste novo cenário, a repercussão desse conjunto de atividades acarreta uma série de outras consequências que trazem em seu bojo: inúmeros conflitos socioambientais e disputas territoriais, ocasionados pelo uso predatório dos recursos; concentração fundiária; empregos de baixa qualidade para a população local; condições análogas ao trabalho escravo; destruição de povoados e deslocamentos compulsórios (PAULA ANDRADE & SOUZA FILHO, 2006; SANT'ANA JUNIOR, PEREIRA E ALVES, 2009; PAULA ANDRADE, 2011; CARNEIRO, 2013)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> O Programa Grande Carajás (PGC), concebido como um projeto de exploração mineral, empreendido pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce. O PGC foi institucionalizado por meio do Decreto de Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, durante a presidência de João Figueiredo, que destinava uma área de 900.000 km, entre os estados do **Pará, Tocantins, e Maranhão**, para a extração de minério a empresas nacionais e multinacionais. Para a consolidação de tal projeto, foi implantada uma rede de infraestrutura, que incluiu a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, localizado no Porto do Itaqui, em São Luís, Maranhão.

<sup>4</sup> A produção sobre a temática da expropriação camponesa no Maranhão provocada pelos chamados grandes projetos vem sendo estudada de forma mais sistemática nos trabalhos vinculados ao GERUR (Grupo de Estudos Rurais e Urbanos) e ao GEDMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente), ambos da Universidade Federal do Maranhão, que buscam compreender dinâmicas econômicas e políticas internas e mais amplas que configuram tal processo e suas diversas implicações e desdobramentos, enquanto uma questão socioantropológica e socioambiental.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nesse processo de conformação do espaço econômico do Maranhão (CARNEIRO, 2013, p.20), desenhado pelo Estado e setores privados, por meio dos *grandes projetos e investimentos* – cujos aspectos destacamos muito brevemente até aqui – confronta-se com outras conformações do espaço ou distintas formas fundiárias (LITTLE, 2002, p.2), como aquelas gestadas por *populações tradicionais* já existentes no momento da implantação desses empreendimentos.

Por meio do empreendimento autodenominado *Complexo Parnaíba*, a empresa MPX/ENEVA realizou um trabalho de conformação do espaço, ao transformar uma extensa propriedade voltada à pecuária tradicional, com mais de 900 hectares, em terreno para instalação de suas usinas termelétricas. A extensa propriedade abrigava dentro dos seus limites uma grande reserva de babaçual, suprimida pela empresa. Outros recursos importantes foram degradados, extintos e/ou interditados, como açudes e caminhos tradicionais, antes acessados livremente pelas famílias sem impedimento do fazendeiro tradicional e imprescindíveis para o grupo na sua reprodução econômica e social. Tal acesso se estabeleceu historicamente a partir das tensões geradas entre o processo de ocupação de terras consideradas disponíveis por populações camponesas e da aquisição, por pecuaristas, de terras já cultivadas pelos camponeses nas regiões do Mearim e Pindaré durante 1950/1960. Nesses termos, podemos dizer que o denominado *empreendimento* realiza uma segunda expropriação camponesa sobre aquelas famílias de Demanda porque atinge os meios de produção econômica e reprodução social do grupo ressignificados e reconstruídos na relação de dominação com o fazendeiro tradicional, afetando essas relações sociais historicamente construídas (PALMEIRA, 1989).

A legitimação social de todas as atividades referentes à implantação de *grandes projetos* é construída por meio de mecanismos que invisibilizam a existência de povos e comunidades atingidas. Segundo Assis (2011), existe um jogo perverso que tende concomitantemente a “invisibilizar populações e legitimar iniquidades” (p.219). Nesse sentido, em seu processo de instalação e operação os *grandes projetos* fundam disputas territoriais e conflitos socioambientais gravíssimos, conformando verdadeiras zonas de conflito, de modo que as assimetrias de poder se ancoram em processos violentos de expropriação das populações locais (ZHOURI e OLIVEIRA,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2007, p.121), e reforçam a condição de *subalternidade*<sup>5</sup> dos grupos atingidos ou ameaçados (LASCHEFSKI, 2011, p.21).

Experiências de mobilização e resistência dos povos e grupos afetados frente à atuação dos *grandes projetos* e aos impactos sofridos têm sido cada vez mais recorrentes. Lutam contra segmentos empresariais poderosos e setores do Estado brasileiro que têm respondido às denúncias e reivindicações locais, não raramente com ações repressoras (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007, p.121). Segundo Zhouri e Laschefski (2010, p.24), os grupos atingidos por *grandes projetos* ainda enfrentam o fato de que o Estado brasileiro muitas vezes tem se aliado aos segmentos do capital contra as territorialidades dos grupos existentes no interior da nação, tais como os povos indígenas, os *quilombolas* e outras *comunidades tradicionais*.

Os chamados *grandes projetos* são apenas um dos atuais desafios impostos aos grupos subalternos, entre eles, os camponeses, que têm demonstrado ao longo da história a capacidade de mobilização e resistência. Em relação à resistência é preciso considerar em primeiro lugar que não há uma necessária associação entre as formas pelas quais ela se expressa e uma perspectiva revolucionária (RAMALHO & ESTERCI, 1996).

Dessa forma, adoto neste trabalho a perspectiva salientada por Ramalho & Esterci (1996), que consideram a resistência enquanto possibilidade de elaboração de formas de sobrevivência dentro de um sistema de dominação, não necessariamente interessada em mudar as estruturas mais amplas da sociedade. Os autores baseados em James C. Scott<sup>6</sup> apontam que determinados contextos sociais impõem condições sociais de dominação e exploração extremamente severas, de tal modo que as chamadas resistências cotidianas se apresentam como formas possíveis para sobreviver o dia a dia dentro de determinada ordem estabelecida. Se nem todas as ações dos dominados visam mudar

---

<sup>5</sup> A *subalternidade* se refere à condição social de grupos dominados, sem acesso às estruturas hegemônicas de poder. É um conceito surgido na Índia, na década de 1980, sob influência dos estudos do pós-modernismo e pós-colonialismo, produzido pelo *Subaltern Studies Group* (Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos), que teve a prerrogativa de lançar crítica e alternativas ao discurso oficial dos historiadores sobre a situação colonial indiana, reescrevendo-a do ponto de vista dos dominados.

<sup>6</sup> James C. Scott é antropólogo norte americano, professor de Ciência Política e de Antropologia na *Yale University*. Suas principais obras são: *The Moral Economy of the Peasant: Subsistence and Rebellion in Southeast Asia*, de 1976; *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, de 1985 e *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*, de 1990, sem tradução brasileira.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

o sistema, elas estão, todavia, presentes mesmo nas situações de repressão mais intensa e de dominação extrema. É preciso sempre considerar, hoje como no passado, que em nenhuma circunstância os dominados podem ser pensados sob a óptica da passividade (RAMALHO & ESTERCI, 1996).

Para Scott (2013), nas aparentes formas de aceitação pelos dominados de sua subordinação, coexistiriam estratégias de sobrevivência e formas de simulação que se destinariam a ocultar a sua revolta e resistência perante relações que consideram injustas e humilhantes (SÁ, 2013).

Ramalho & Esterci (1996) argumentam que Scott, a partir de seus estudos sobre o campesinato, insiste na importância de compreender as formas “cotidianas” de resistência, definindo-as como “a luta prosaica, porém constante entre o campesinato e aqueles que dele procuram extrair trabalho, alimento, impostos, renda e juros”. A atenção do autor se volta para “as armas simples dos relativamente desprovidos de poder”: formas elementares e elaboradas, como o fazer “corpo mole” no trabalho, a dissimulação, a fuga, o falso conformismo, a sabotagem, incêndios, a eufemização do discurso, o resmoneio. Estas seriam as verdadeiras “armas dos fracos” no processo de resistência perante os dominadores, que são construídas e elencadas a partir de um modo que Scott considera como “arte da resistência” (SCOTT, 2013). Essas formas têm características que requererem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento, sempre representando uma forma de autoajuda individual, evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas da elite (SCOTT, 2002[1985]). A contestação presente na resistência assume, segundo o autor, vários disfarces: murmúrios, rumores, ameaças anônimas, mas também, ações anônimas como: caça furtiva, incêndios, sabotagem de máquinas.

Segundo Ramalho & Esterci (1996), ao destacar essas formas de resistência, Scott questiona uma espécie de etnocentrismo que tende a procurar ou privilegiar, entre os grupos dominados, as manifestações clássicas de organização e as expressões institucionalizadas de resistência.

Menezes (2002) argumenta que a noção de formas cotidianas de resistência elaborada por James Scott, apesar das críticas<sup>7</sup>, trouxe uma contribuição original para pensar a atuação política de

---

<sup>7</sup> Karl Monsma (2000) e Menezes (2002) fazem uma avaliação crítica sobre a elaboração teórica de James Scott sobre a resistência camponesa ancorada em “formas cotidianas”.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

grupos subordinados, para além de perspectivas clássicas das ciências sociais que, de um modo geral, privilegiam as ações de movimentos sociais e partidos no processo das lutas e transformações sociais. A autora aponta que a intenção de James Scott não é desconsiderar a importância dos movimentos sociais, mas lançar novas luzes para compreender a resistência às relações de dominação elaboradas e expressas em práticas cotidianas e discursos difusos, muitas vezes fragmentados, que em alguma medida orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados.

Van der Ploeg (2008, 2009) considera que a resistência camponesa se expressa através de lutas abertas em formas de atos cotidianos de desafio realizados em forma de manifestações, marchas, ocupações, bloqueios de estrada, assim como aponta James Scott. Entretanto, a resistência, para Van der Ploeg, não se limita apenas a essa perspectiva, embora essas expressões nunca estejam ausentes no repertório das lutas camponesas. Esse autor acredita que é preciso reconhecer que existe um campo de ação muito mais vasto e, provavelmente, segundo sua visão, muito mais importante, através do qual a resistência se materializa.

Menezes e Malagodi (2011) apontam que a obra de James Scott possibilita enfatizar a importância das noções de autonomia e resistência na constituição dos camponeses enquanto atores sociais. Tal perspectiva confronta-se com o direcionamento dos estudos de campesinato que não reconhecem o campesinato como agente ou como ator. O que para os autores, inspirando-se na revisão de Van der Ploeg (2008), teria acarretado consequências epistemológicas que produzem uma imagem dos camponeses como vítimas passivas. Argumentam, ainda, em diálogo com Van der Ploeg (2008), que a compreensão epistemológica dos camponeses deve ser compreendida a partir da recuperação das capacidades práticas individuais e coletivas dos homens e mulheres reais, inseridos em uma realidade concreta, e da apreensão das experiências nas suas múltiplas dimensões, perspectivas e interesses.

O interesse desta pesquisa se dá nesse sentido, pois tenta refletir sobre a relação entre o processo de expropriação camponesa das famílias de Demanda e o processo de resistência social e política do grupo, ao longo do processo de implantação e operação do *Complexo Parnaíba*, assim como sobre as formas de atuação da empresa para a efetivação do empreendimento. Dessa forma, o



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

presente trabalho busca analisar situações de resistência camponesa, produzidas pelas famílias de Demanda, diante de um processo de expropriação e de indefinição social provocado pela implantação do chamado *Complexo Parnaíba*. Ações de resistência camponesa que não se organizam a partir de estruturas de mediação formais, tais como sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos, mas que são elaboradas em formas cotidianas (SCOTT, 2002). O trabalho aborda a relação entre experiências de lutas diante de um processo de expropriação e de indefinição social vivido pelas famílias daquela localidade, a partir das tensões criadas pela condução da MPX no processo de instalação do *Complexo Parnaíba*. Busca compreender a maneira segundo a qual famílias camponesas forjam determinados tipos de enfrentamento, a partir de mecanismos, conteúdos e recursos que possuem.

A intenção é apresentar, por meio de algumas situações, a mudança da atuação da empresa e as relações estabelecidas com as famílias da localidade, que de *boa vizinhança*, como era apresentada inicialmente por técnicos, funcionários e consultores, se transformou em embuste, culminando em *revolta*, e acarretando uma série de ações de enfrentamentos de parte das famílias. Analiso, por fim, o contexto de referência que fundamenta críticas, reclames, queixas e ações de enfrentamentos forjadas pelas famílias face à atuação da empresa, visando identificar a emergência dessas ações, os espaços de realização e como configuram um repertório de resistência diante de um contexto de expropriação e de indefinição social.

### Metodologia

No presente trabalho, que visa refletir a relação entre expropriação e resistência camponesa, utiliza-se como aporte metodológico recursos etnográficos do trabalho de campo, observação participante, com o intuito de acessar o ponto de vista nativo (GEERTZ, 1997) das famílias impactadas pela implantação do *Complexo Parnaíba*. Para compreender outros impactos, para além dos tratados na perícia, que repercutiram sobre valores morais e regras importantes que organizam a vida social do grupo, e fundamentaram as ações de enfrentamento e resistência, adotou-se pela análise dos relatos das famílias que apontam para prejuízos simbólicos e abalos morais, quando enfatizam em suas narrativas sobre a perda de autonomia para planejar o futuro; a imposição de



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

conviver com incertezas sociais; a experiência de viver sob um tempo de espera; a sensação da perda de “liberdade”. Foram realizados trabalhos de campo em Demanda durante quatro períodos – 18 a 21 de março; 29 de março a 02 de abril e 21 e 22 de maio de 2014 – que visavam atender quesitos específicos da perícia para fins da produção de um laudo antropológico a ser encaminhado para o Ministério Público Federal. 129 entrevistas foram gravadas em áudio e anotadas em caderno de campo no âmbito da perícia. Dessa forma, utilizei informações produzidas no âmbito da perícia como meu material de pesquisa empírica, selecionando-as a partir de algumas entrevistas e elegendo alguns informantes principais.

### Resultados e Discussão dos Dados

Outros impactos, segundo narrativas dos moradores repercutiram sobre valores morais e regras importantes que organizam a vida social do grupo. Os relatos das famílias chamam atenção para prejuízos simbólicos e abalos morais, quando apontam: a perda de autonomia e consequente impossibilidade de planejarem o futuro; a imposição em conviverem com incertezas sociais; a experiência de viverem sob um tempo de espera.

A não efetivação de programas e acordos estabelecidos pela MPX/ENEVA, relacionados às compensações e mitigações socioambientais, previstas nos estudos de impacto ambiental, instaurou um contexto de insatisfação no seio do grupo e, diante disso, as famílias empreenderam ações de pressão e enfrentamento.

A atuação da MPX/ENEVA se refere ao modo como agentes ligados à empresa – (funcionário psicóloga, advogados, assistentes sociais e outros) – desempenhavam funções diretamente na relação com a comunidade. Estabelecida a partir de discursos e práticas que visavam convencer o grupo quanto a uma possível compatibilidade entre a instalação do grande projeto e o respeito ao modo de vida da comunidade. Refere-se, portanto, ao conjunto das ações da empresa, por meio de seus vários funcionários e consultores, na trajetória das relações travadas com a comunidade e às facetas dos procedimentos adotados pela MPX/ENEVA, fundamentais à implantação do *Complexo Parnaíba*.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As ações de enfrentamento – definidas como desafios ao poder dos poderosos, elaborado pelos atores subordinados às várias formas de dominação, segundo James Scott (2013) –, desenvolvidas pelo grupo não podem ser pensadas como isoladas, mas como um *continuum* de situações que demonstram o cultivo de uma potência de revolta (SCOTT, 2013) por parte das famílias.

Dessa forma, a primeira reflexão em torno do material da pesquisa deste trabalho, que se baseia nos dados obtidos no âmbito da perícia, se insere na perspectiva que considera a resistência enquanto possibilidade de elaboração de formas de sobrevivência dentro de um sistema de dominação.

A implantação do grande projeto de desenvolvimento, *Complexo Parnaíba* e a atuação da empresa nesse processo, impôs um contexto de severas e violentas condições sociais de dominação, vivido pelas famílias de Demanda sob a condição de *humilhação*.

Essa condição, no caso de Demanda, não pressupõe aceitação, nem passividade, pois o material de pesquisa apontou que o grupo, mesmo vivendo sob *humilhação*, elaborou o que podemos classificar, inspirados em James Scott (2013), formas cotidianas de resistência. Essas formas buscam sobreviver o dia a dia dentro de uma ordem que se conformou como dominação. Nessas circunstâncias, as famílias de Demanda não podem ser pensadas sob a óptica da passividade.

Van der Ploeg (2008, p.289) chama atenção que a resistência do campesinato reside, acima de tudo, *na multiplicidade de respostas* continuadas e/ou criadas para confrontar esquemas, procedimentos e roteiros impostos pelas formas de dominação. Independentemente do contexto de luta em que se forjam as formas de resistência o que está em jogo é compreender como e por que a resistência é expressa e organizada.

O universo empírico, no momento da produção da perícia, aponta para uma configuração de luta, que se fundamenta a partir de um repertório de enfrentamento forjado pelas próprias famílias de Demanda, diante do acionamento de mediadores, sejam os tradicionais – o pastor da comunidade enquanto líder religioso – (WOLF, 1984), ou os próprios antagonistas, aqueles considerados como fracos na hierarquia simbólica da empresa.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A resistência forjada pelas famílias de Demanda aponta para possibilidades e capacidades de avaliar e modificar a correlação de forças, emergidas no contexto de dominação da empresa e sua relação com a comunidade.

Segundo James C. Scott (2002 [1985]), a dominação alimenta naqueles que dela são objeto uma potência de revolta que se torna extremamente eficaz em circunstâncias propícias à sua expressão pública em forma de resistências cotidianas. As práticas de dominação, segundo o autor, “geram normalmente insultos e ofensas à dignidade humana, que por sua vez alimentam um discurso oculto de indignação” (SCOTT, 2013, p.35). A resistência assumida em formas cotidianas é essencial a qualquer visão dinâmica das relações de poder, embora sendo “muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos imediatos” (SCOTT, 2011, p.223).

As formas de resistência elaboradas pelas famílias têm características que requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento (SCOTT, 2002 [1985]). Estas formas de resistência camponesa, que não ganham as grandes páginas dos jornais, e nem se produzem com a mediação de sindicatos, partidos, como é a situação empírica das famílias de Demanda, foram forjadas pelos próprios camponeses no enfrentamento direto com seus dominadores, com a mediação do pastor local sendo um agente religioso e dos antagonistas, não são menos reais por serem pouco visíveis. Expressam tanto quanto as grandes revoluções e lutas mais amplas, intensa crítica da ordem social.

Atingidas e impactadas em diversos planos de sua organização social (GEERTZ, 1959), as famílias de Demanda, nutridas de uma *revolta* flagrante e por elas justificada, empreenderam formas de enfrentamento contra ações específicas realizadas pela empresa de forma que o fator decisivo que torna possível a insatisfação sobre a condição social camponesa das famílias de Demanda está na sua relação com o campo de poder da dominação que o circunda, na nova configuração social da história do grupo (WOLF, 1984).

As possibilidades para as realização das formas cotidianas de resistência, segundo Scott (2011, p.224), dependerão das formas de controle sobre a condução das ações de enfrentamento e das crenças comuns sobre as probabilidades de possíveis retaliações, repressões ou outras violências. Nesse sentido, as mulheres de Demanda só realizam com sucesso o *sequestro*, primeiro, porque o contexto de referência é de revolta e indignação que foram aumentando com o passar dos



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

meses, pois já estavam sem receber o dinheiro referente à compensação a mais de oito meses. Nesse caso, a esfera da subjetividade – há um sentimento em jogo – também é levada em consideração, quando uma das mulheres diz que era vergonhoso não ajudar na *Festa dos Crentes*.

Segundo, porque há um trabalho social anterior de mediação, de preparação, gestão e controle sobre a condução da ação, realizada por elas, quando: absorvem criticamente os conteúdos de resistência transmitidos nos sermões do pastor, decidem sobre o melhor horário, e o dia mais adequado, quem deve vigiar a estrada e avisar as companheiras, o que devem dizer e exigir. Terceiro porque há uma crença comum de que podem enfrentar aqueles e não outros funcionários, e não sofrer possíveis retaliações.

As narrativas refletem uma clara consciência sobre as relações de dominação em jogo em contextos reais ou imaginários, identificando os graus e as condições de poder em disputa, por meio da comparação relacional entre “fracos” e “poderosos”.

Dessa forma, uma atitude de confronto ao poder da empresa, revela a emergência, na esfera pública, dos sentimentos de injustiça, de revolta, de ressentimento, de desgosto que foram sendo construídos e acumulados durante a relação com diferenciados agentes vinculados à empresa. A demonstração pública aos dominadores, dos conteúdos vivenciados apenas no âmbito do grupo, é classificada por James Scott (2013), como *transcrição pública*. Segundo o autor, durante tal operação social, os subordinados buscam não apenas serem ouvidos, mas alcançar suas reivindicações, por mínimas que sejam, aos olhos dos dominadores. Nesse sentido, era muito fácil o motorista da carreta, na sua condição, dizer à Dona Ana “prenda os seus filhos em casa”, mas para a moradora, que aciona o princípio da maternidade, fala para ser ouvida e age para ser atendida, em função da segurança não somente de seus filhos, mas de crianças e adultos, velhos e jovens do povoado.

Ignorar o interesse pessoal na resistência camponesa, segundo a perspectiva scottiana, é ignorar o contexto determinado, não apenas da política camponesa, mas de boa parte da política das classes pobres. É precisamente a fusão do interesse pessoal e do enfrentamento aos dominadores que constitui a força vital da resistência.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Quando as mães de Demanda interrompem o fluxo dos veículos, exigindo que os motoristas não passem mais na estrada do povoado, estão enfrentando a dominação, mas também estão visando a segurança para além dos filhos.

Quando as mulheres organizam o *sequestro* estão tornando público um desafio ao poder de dominação da empresa, mas estão também interessadas em receber o dinheiro atrasado da compensação para pagar as contas, como disse uma entrevistada, para ajudar na *Festa dos Crentes*, e não “passar vergonha”.

Quando homens e mulheres se juntam para fazer *greve* na estrada, barrando o tráfego dos veículos e de funcionários vinculados à empresa, estão interessados em soluções concretas que melhorem a condição materiais da estrada, para que possam ir e vir, sem transtornos ou constrangimentos. Mas os moradores também informam por meio dessa ação de enfrentamento, a capacidade de agência em alterar, mesmo que por breves momentos, as relações de poder sobre a imobilidade que eles mesmos sofrem.

Pode-se, diante dessas colocações, considerar as ações da *greve* e do *sequestro*, por exemplo, como sendo formas de resistência camponesa? Baseado em Scott (2002, 2011), este conceito tem que lidar com certas problemáticas no que diz respeito ao que considerar como intenções, significados e consequências, necessitando uma distinção entre atos individuais e coletivos, e os princípios em jogo durante as formas construídas para resistir à dominação. Para o autor, há resistência dos mais fracos em relação à dominação que sofrem, quando atos de enfrentamento – silenciosos/ocultos – públicos/abertos, apesar de espontâneos e minimamente coordenados, se tornam uma forma consistente de luta pela capacidade constante dos dominados de produzir desafios à dominação dos poderosos (Estado/elite, para o autor). A resistência é marcada por uma constância, ao mesmo tempo em que, os dominados, por princípios morais, reivindicam atendimentos materiais.

Menezes (2002) aponta que é importante ponderar que a perspectiva teórica de Scott também apresenta alguns problemas epistemológicos. A autora julga ser inegável que a análise das práticas de resistência camponesa, pela concepção scottiana, abre perspectivas de compreender a política de grupos subalternos para além da noção de hegemonia ou de conformismo e passividade.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Mas, muitas vezes, elas apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos estão submetidos, não alterando, conforme a autora, substancialmente, as relações de dominação. Dessa forma, Menezes (2002) chama atenção para o perigo de romantizar a resistência cotidiana, esquecendo-se de que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação. Romantizar a resistência cotidiana é colocar todo o peso sobre os indivíduos como tendo uma capacidade de agência natural para produzir enfrentamentos contra os poderosos. Nesse sentido, penso, a partir do material empírico deste trabalho, que por mais que as ações de *greve* ou *sequestro* tenham sido realizadas contra o poder de dominação que enfrentam, não significa que elas se bastam e que essa seja a única forma de resistir.

Dessa forma, a *ocupação* da estrada por meios dos bloqueios, autodenominada *greve* – deve ser pensada como uma forma de luta desses atores e de uma ação coletiva no repertório de enfrentamento do grupo (COMERFORD, 1999). Segundo Comerford (1999), esta forma de ação busca caracterizar e legitimar publicamente a transgressão e a demarcação de fronteiras socioespaciais e simbólicas e, com isso lançar, ao mesmo tempo, uma crítica e uma resposta de parte do grupo que a realiza. O grupo se organiza e se lança a um processo de pressão local, face a face, contra aqueles que os atingem. Nesse sentido, podemos pensar a *estrada* como um espaço social de crítica e um *locus* de enfrentamento público com o chamado *empreendedor*, mas também um espaço social de solidariedade e coesão do grupo que enfrenta “junto” (COMERFORD, 1999, p. 143).

Acredito ser possível pensar as situações empíricas de enfrentamento destacadas neste trabalho aproximando as considerações scottianas à análise de Honneth (2003) para compreender determinadas formas de resistência camponesa.

Honneth (2003) visa compreender os conflitos sociais, a partir de uma perspectiva que tenta estabelecer um nexos entre o que chama de desrespeito moral e luta social. Segundo o autor, a luta social e a resistência são produzidas no processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais compartilhadas pelo grupo, de forma que elas podem influir, como motivadores da ação de enfrentamento. Os conflitos, argumenta o autor,



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

são produzidos para além da concepção de reivindicação material; podem estar baseados em dimensões morais, neste caso, a luta é pelas condições de intersubjetividade da dignidade.

Quando os moradores de Demanda falam de *humilhação*, *vergonha*, incapacidade de produzir, de planejar, etc., estão informando dimensões morais que fundamentam uma luta por relações de estima social, de reconhecimento social. O fato de as famílias viverem sob uma situação de indefinição social, pode ser entendido como uma situação, baseado em Honneth (2003) de desrespeito social, pois há uma injustiça social inscrita nesse processo. Há valores e sentimentos inscritos nas lutas sociais, é o que o autor aponta como necessário para compreender a multidimensionalidade da resistência.

É preciso pontuar que o sentimento humano não é inteiramente espontâneo (MAUSS, 1980 [1921]). Nesse sentido, raiva, a humilhação, o desgosto, a enganação, a ilusão, o ódio, sentimentos que aparecem nas falas dos atores devem ser vistos como fenômenos que carregam o peso da interdependência e amálgama das dimensões do social, do biológico e psicológico<sup>8</sup>. Diante do contexto de expropriação e indefinição social em que vivem as famílias de Demanda, a *greve* e o *sequestro*, indicam situações de resistência camponesa porque lançam desafios aos poderosos da MPX, e alteram as relações de poder durante os enfrentamentos no duplo processo de reivindicações – materiais, para atender objetivos práticos, e simbólicos, para instaurar condições mínimas de intersubjetividade da dignidade.

Dessa forma, para compreender a atuação da MPX é preciso levar em conta a conformação da relação estabelecida com o grupo ao longo de um processo. Identificaram-se, nesse sentido, algumas práticas desenvolvidas pela empresa junto aos moradores, a partir do ponto de vista das famílias. Apesar de ser uma visão limitada, as práticas realizadas pela empresa permitem identificar

---

<sup>8</sup> Durante a pesquisa da perícia, em uma das entrevistas realizadas com uma das famílias, foi comentando um caso de suicídio de uma moradora de Demanda. Segundo um dos entrevistados, a senhora que cometeu suicídio já tinha um histórico de depressão que teria se agravado em decorrência da indefinição social que vivem as famílias de Demanda – informação confirmada entre os demais. Estavam presentes, além do casal, uma das filhas (na casa dos 30 anos de idade) que chegou para acompanhar a entrevista, e outro filho (na casa dos 30 anos de idade), que ficou do lado de fora da casa, apoiado na janela. De parte da equipe de perícia, estávamos presentes eu e o assistente de pesquisa, Leonardo Coelho. A entrevistada relatou que a senhora, antes de cometer tal ato, fazia comentários sistemáticos nas rodas de conversa após o culto da igreja Assembleia de Deus, sobre seu desespero em conviver com a possibilidade de explosões ou vazamentos, dada a proximidade das instalações das UTEs no povoado. Esse exemplo é interessante para pensar os impactos do *Complexo Parnaíba* como fenômenos sociais totais (MAUSS, 2003).



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

as racionalidades em jogo dos distintos polos da relação, assim como problematizar os interesses antagônicos em disputa. Possibilitam acessar, nesse sentido, o caráter do tratamento dispensado ao grupo realizado pela empresa no processo de instalação do *Complexo Parnaíba*.

### Conclusões

Pode-se concluir que o enfrentamento às circunstâncias e às relações de poder no contexto de dominação e expropriação camponesa é produzido pela constituição de novas dimensões sociais, econômicas e morais estranhas à organização do grupo analisado, que inauguram um tempo de *espera* e de indefinição social vivido pelas famílias de Demanda. Tais dimensões tentam ser administradas na vida cotidiana, mas que, diante de situações críticas, fundamentadas pelo elevado grau de *revolta*, *raiva*, *humilhação*, *enganação*, fazem irromper novos sentidos e significados à nova condição social desses camponeses, e, novas posturas nas relações com aqueles que representam a dominação. Os poderosos, neste caso, são os agentes que corporificam o poder da MPX, que são desafiados publicamente, a partir das ações de enfrentamento – *greve/sequestro* – construídas, individual ou coletivamente pelas famílias de Demanda.

Os eventos da *greve* e do *sequestro* demonstram a operacionalização da capacidade de agencia dos atores, ainda que diante de um processo de expropriação e de violentas injustiças sociais provocados por um *grande projeto de desenvolvimento*.

Enfrentar os poderosos, no caso de Demanda, significa produzir atos que desafiam e enfrentam pública e continuamente o poder daqueles que impuseram relações de dominação. O poderoso para o camponês de Demanda, vinculado ao contexto de implantação das UTEs, é aquele que altera/destrói as condições materiais e valores morais de reprodução e organização social do grupo, por meio das relações de dominação

A resistência camponesa é produzida, então, nessa interdependência, de modo que os enfrentamentos, em um contexto de indefinição social, buscam não apenas desafiar o poder dos dominadores, conforme Scott, ou reivindicar fins materiais, bem como os morais, conforme Honneth, mas construir/mobilizar forças sociais, espirituais e morais para sobreviver mais um dia



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

dentro de uma ordem de dominação. É preciso pontuar que nem tudo é dominação e nem tudo é enfrentamento. E nem sempre quem se considera como poderoso, pode ser “forte” aos olhos dos dominados, e nem o dominado, ser eternamente um “fraco”.

Tais situações podem ser apreendidas como resultado não apenas de *reações defensivas* (WOLF, 1984, p.338), elaboradas pelas famílias, que buscam enfrentar as mudanças de uma ordem que lhes é imposta a partir da implantação do *Complexo Parnaíba*. Para além de representarem “reações defensivas”, as ações de enfrentamento dizem respeito ao processo político de mobilização coletiva de famílias camponesas, às capacidades cognitivas e interpretativas desses atores sociais em interações conflituosas.

As diversas questões presentes no presente trabalho mostram-se importantes à medida que nos possibilita conhecer determinados mecanismos sociais, simbólicos e morais explicativos para a produção de experiências de mobilização e resistência políticas dos grupos atingidos pelos *grandes projetos*, ampliado a compreensão do processo de elaboração dos enfrentamentos e resistências dos subalternos contra forças econômicas e políticas hegemônicas. Tais mobilizações têm demonstrado, na concretude social, o potencial das estratégias de luta e o caráter das formas de enfrentamento de tais segmentos que, muitas vezes, deram reviravoltas no curso dos acontecimentos, promovendo outros cursos para a história e forjando as chamadas resistências cotidianas que se apresentam como formas possíveis para sobreviver o dia a dia dentro de determinada ordem estabelecida.

Além disso, possibilita o reconhecimento de outras formas de ações e conteúdos, críticos, legítimos, e possíveis no complexo cenário de expropriação social e ausência de recursos e espaços de capital político. Nesse sentido, as reflexões contidas nessa proposta apontam para a importância das noções de autonomia, mediação e resistência na constituição dos camponeses enquanto atores sociais. Tal perspectiva aqui enfatizada confronta-se com o direcionamento dos estudos de campesinato que não reconhecem o campesinato como agente ou como ator. O que para determinados autores, teria acarretado consequências epistemológicas que produzem uma imagem dos camponeses como vítimas passivas. A compreensão epistemológica dos camponeses deve ser compreendida a partir da recuperação das capacidades práticas individuais e coletivas dos homens e



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mulheres reais, inseridos em uma realidade concreta, e da apreensão das experiências nas suas múltiplas dimensões, perspectivas e interesses.

E ainda, lança luzes na percepção das ações de enfrentamento forjadas por atores que constroem e são construídos por um conteúdo político, simbólico e moral próprio do mundo camponês com mesclas e conexões de outros cenários, o que possibilita e capacita avaliações, negociações e modificações de correlação de forças, emergidas no contexto de uma conjuntura social desfavorável de expropriação e incerteza social.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. 192 p.

\_\_\_\_\_. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: *Revista do NAEA*. Nº. 10. Belém. UFPA. 1989.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico. In: ZHOURI, Andréa (org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. pp. 219-238.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013

COMERFORD, John Cunha. 1999. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154 pp.

FERNANDES, B.M; MEDEIRO, L.S. e PAULILO, M.I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo, UNESP, Brasília (DF): NEAD, 2009. v.2.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

GEERTZ, Clifford. From and variation in Balinese village structure. In: *American Anthropologist*. New Series. Vol. 61, nº 6, dec. 1959. P.991-1012.

\_\_\_\_\_. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85 -107.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC). 2012.

HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LAURELLI, Elsa. Los grandes proyectos: estrategias de desarrollo y transformación de territorio. In ROFMAN, Alejandro (Coord.). *Los grandes proyectos y el espacio regional. Presashidrelétricas y el sistema decisional*. Buenos Aires: Centro de Estudios Urbanos y Regionales, , p.131- 155 (Cuadernos del CEUR, nº 19), 1987.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Nº 322 Brasília: UNB, 2002. pp. 1-32.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *Expropriação e Violência. A questão política no campo*. 3ªed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: S. Figueira (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980 [1921].

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 (pp. 184-314).

MENEZES, Marilda Aparecida e MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sérgio e GAZOLLA, Márcio (orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural – perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: URGs, 2011. pp. 49-66.

MENEZES, Marilda Aparecida. Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes. In: *Inf. & Soc.: Est, João Pessoa*, v.6 n.1, p.39-49, jan./dez. 1996.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

\_\_\_\_\_. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. In: *Raízes*, Vol. 21 nº 01, jan a jun. 2002 (p. 32 – 44).

MONSMA, K. James C. Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. In: *BIB*, RJ, nº 49, 1º sem. de 2000 (p. 95-121).

MOTTA, Márcia, ZARTH Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. v.2.

MOURA, Margarida Maria. Invasão, Expulsão e Sucessão: Notas sobre três Processos Sociais no Campo. *Anuário Antropológico*, São Paulo, v.82, p. 82-97, 1982.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.3, n.7, sept/dec, p.87-108, 1989.

PAULA ANDRADE, Maristela de; SOUZA FILHO, Benedito. (Orgs.). *Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2006.

\_\_\_\_\_ et al. *LAUDO ANTROPOLÓGICO*. Impactos sociais e ambientais provocados pelo Complexo Parnaíba às *populações tradicionais* de Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte – Maranhão, 2014.

\_\_\_\_\_. A Suzana o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose no Maranhão. In: *35ª Reunião da ANPOCS*, 2011, Caxambu. Anais da 35ª Reunião da Anpocs, 2011.

RAMALHO, J.R. & ESTERCI, N. A resistência em campo minado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no.32, ano 11, Outubro de 1996, pp. 83-88.

SÁ, Fátima. Prefácio. In: SCOTT, James. *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa, Letra Livre, 2013.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Carla Regina ASSUNÇÃO e ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Projetos de desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais no Maranhão. In: *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS*, 33º, 2009, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2009.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SCOTT, James. C. “Formas cotidianas da resistência camponesa”, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra) *Raízes*, vol. 21, no. 01, 2002.

\_\_\_\_\_. Exploração normal, resistência normal. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

\_\_\_\_\_. C. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

WOLF, Eric. *Guerras Camponesas do Século XX*. Trad. Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.

ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010. p. 11-31.

\_\_\_\_\_ e OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade* [online]. Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul-dez, 2007.